Proc. TC-001.418/2015-7
Tomada de Contas Especial

Parecer

Os termos das citações dirigidas nos autos à responsabilidade da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBC) e do respectivo Presidente, Senhor Lourival Mendes de Oliveira Neto, referem-se à ausência de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos transferidos pelo Ministério do Turismo mediante o Convênio n.º 274/2010, para a realização da “Micabã” ou “Micabã 2010”, no Município de Aquidabã/SE, em virtude dos seguintes aspectos:

a) falta de demonstração de que os recursos arrecadados com a venda de abadás para o evento tenham sido revertidos para a execução do objeto do convênio ou recolhidos ao Tesouro Nacional; e

b) ausência de apresentação dos contratos de exclusividade firmados entre as bandas “Art Mania”, “Brilho” e “Flavinho e os Barões” e o empresário (beneficiário dos pagamentos) que as representa perante o órgão concedente.

2. Examinadas e rejeitadas as alegações de defesa de ambos os responsáveis, propõe a Secex/SE que sejam julgadas irregulares as respectivas contas, seguindo-se condenação ao ressarcimento solidário do débito na totalidade dos valores transferidos (R\$ 100.000,00, à data de 01/07/2010) e aplicação individual da multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/92 (peças 26/28).

3. De início, verifica-se que não está disponível nos autos a integralidade da prestação de contas apresentada ao órgão concedente. Em situações anteriores semelhantes à presente, o procedimento usual deste *Parquet* tem sido o de propor, previamente, a realização de diligência para saneamento dos documentos ausentes, sob pena de prejuízo ao livre convencimento da instância de controle externo a respeito dos atos de gestão praticados na execução do ajuste.

4. Todavia, por tratar o caso concreto de exame relacionado mais com aspectos processuais das irregularidades do que propriamente com o teor dos documentos da prestação de contas, abstermo-nos de propor a medida saneadora ante a expectativa de sua reduzida eficácia nos autos na atualidade.

5. Nessa perspectiva, resta prejudicado, a nosso ver, atribuir irregularidade aos responsáveis com fundamento na falta de demonstração de que os recursos arrecadados com a venda de abadás para o evento tenham sido revertidos para a execução do objeto do convênio ou recolhidos ao Tesouro Nacional. Isso porque, em primeiro plano, a caracterização do ato irregular está vinculada a uma presunção de receita financeira (cobrança de valores de abadás), aventada no início das apurações na fase interna da TCE, com base em fotografias e filmagens em que alguns fôlões vestiam abadás, e, também, à suposta afirmativa do Senhor Lourival Mendes de Oliveira Neto, em sentido contrário à declaração de gratuidade integrante da prestação de contas (gratuidade também reiterada na resposta à citação), de que teria havido venda da vestimenta (peça 1, pp. 113 e 131).

6. Além disso, na sequência dos exames pelo órgão concedente, registrou-se incerteza se teria ou não havido a venda de abadás, mas foram glosados os valores integrais do ajuste com fundamento na inviabilidade de se aprovar uma prestação de contas com base em suposições (peça 1, p. 165), olvidando-se, nesse caso, de que a própria glosa ou desaprovação das contas partia de uma mera suposição de venda.

7. Por último, embora a notícia extraída da internet mencione a venda de “kits” para o evento “Micabã 2010” (peça 3), ali não consta informação alguma sobre os responsáveis pela comercialização ou o correspondente vínculo com a empresa contratada pela Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBC) ou com as bandas musicais. De qualquer modo, a subsistência da glosa integral dos valores transferidos resultaria não só desconforme com a incerteza de benefício auferido indevidamente pelo conveniente ou pelos terceiros envolvidos, como também desproporcional à efetiva realização do evento, sobre a qual não paira dúvida nos autos.

8. A propósito, pondera este *Parquet* que a efetiva realização do evento confirmada nos autos desconstitui, também no caso concreto, a imputação de débito pela ausência de apresentação dos contratos de exclusividade firmados entre as bandas musicais e a empresa beneficiária dos pagamentos – I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda. –, sem prejuízo da manutenção da irregularidade documental.

9. Embora a jurisprudência do Tribunal seja uniforme acerca da necessidade de apresentação do contrato de exclusividade entre os artistas e o empresário contratado pelo órgão conveniente para a realização de eventos na execução de convênios, verifica-se que tal exigência é uma condição indispensável para a regularidade dos procedimentos nas contratações firmadas diretamente, em especial sob o fundamento de inexigibilidade de licitação. Por sua vez, as ditas cartas de exclusividade, geralmente por serem feitas apenas para eventos em datas específicas, não se prestam a comprovar a inviabilidade de competição, uma vez que não constituem uma representação privativa ou exclusiva do artista a qualquer tempo e evento.

10. Por esses motivos, para a fase executiva dos convênios e nas situações em que não há indícios de inexecução do evento objeto do convênio, em princípio seria indevido impugnar os valores pagos com arrimo na falha cometida na etapa de escolha do executor dos serviços (falta de contrato de exclusividade). Idêntico raciocínio se aplica também a imputar débito, nos casos de existência de apenas cartas de exclusividade, com base na ausência denexo de causalidade entre o pagamento recebido e a execução do evento, pois tanto o contrato de exclusividade quanto a carta de exclusividade estão imbuídos do pressuposto de que os valores recebidos constituem a contraprestação financeira pela prestação dos serviços pela empresa (ou empresário) e pelos artistas que representa. Se assim não fosse, haveria necessidade de exigir para a prestação de contas, seja no contrato seja na carta de exclusividade, a comprovação – pela empresa e pelos artistas – do efetivo recebimento da parcela de valores representativa dos serviços que prestaram, ou, então, atribuir nas citações responsabilidade solidária pelo débito também à empresa detentora de exclusividade.

11. Assim, considerando que não há dúvida nos autos acerca do cumprimento da execução do evento previsto no Convênio n.º 274/2010, afigura-se apropriado conferir legitimidade às cartas de exclusividade apresentadas para atestar o vínculo entre a empresa contratada pelo órgão conveniente – I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda. – e os artistas que representa, mantendo-se a irregularidade, sem débito, relacionada com a falta de apresentação dos contratos de exclusividade com as bandas musicais. A título de julgados precedentes nessa vertente, mencionam-se os Acórdãos n.ºs 5662/2014 e 4639/2016 da 1.ª Câmara, este último com o seguinte enunciado na Jurisprudência Seleccionada:

“Nos convênios para a realização de eventos com contratação de artista consagrado, uma vez inexistente o dano ao erário e comprovada a execução do objeto conveniado com os recursos do ajuste, não configura débito a mera ausência de apresentação do contrato de exclusividade do artista com o empresário contratado pela Administração, ainda que a contratação tenha sido realizada mediante irregular utilização do instituto da inexigibilidade de licitação.”

12. Por fim, em consonância com o Acórdão n.º 11224/2015-TCU-2.ª Câmara, afastado o débito relativo a recursos repassados em convênio a entidade privada sem fins lucrativos, cessa a jurisdição do Tribunal sobre a pessoa jurídica conveniente, incidindo-se a multa pela irregularidade remanescente apenas sobre o responsável pelo ato de gestão praticado.

13. Diante do exposto, esta representante do Ministério Público manifesta-se, em divergência da proposta da Unidade Técnica (peças 26/28), por que sejam adotadas as seguintes medidas:

a) excluir da relação jurídica processual a responsabilidade da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBC); e

b) com fundamento no art. 16, inciso III, alínea “b”, da Lei n.º 8.443/92, julgar irregulares as contas do Senhor Lourival Mendes de Oliveira Neto, aplicando-se-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da referida lei.

Ministério Público, 14 de setembro de 2016.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral